

“Livros de repórter”, saberes de entremeio: relatos jornalísticos sobre a cobertura de conflitos

ANGELA ZAMIN - angelazamin@gmail.com

Unisinos

Jornalista, doutoranda pelo PPG Ciências da Comunicação da Unisinos, bolsista CNPq

Resumo

Um conjunto significativo de livros publicados por repórteres brasileiros descrevem as práticas jornalísticas de cobertura de conflitos. Tais relatos apresentam uma face singular ao serem deslocados do jornalismo periódico para o livro, onde o que é dito não deixa de ser jornalístico, mas adquire outra densidade, entre o que circula nos jornais e os estudos de jornalismo. Estes “livros de repórter”, como são aqui nomeados, ofertam um tipo de relato que se ocupa do jornalismo, para dele elaborar outro relato, desvelando, criticando ou interpretando certos processos e práticas. Os livros que compõem o *corpus* da presente análise oferecem uma amostragem de acontecimentos cuja ocorrência impôs o embate com a censura ou a restrição no acesso à informação, sendo aqui examinados em sua potencial contribuição como saber sobre as práticas, bem como sobre a relação jornalismo e democracia.

Palavras-chave

Livros de repórter. Jornalismo. Conflito. Democracia.

Abstract

A significant amount of books published by Brazilian reporters describes journalistic practices related to coverage of conflicts. Such accounts present a singular expression since they are transferred from periodical journalism to book, where what is said does not cease being journalistic, but acquires another density, between what circulates in newspapers and journalism studies. These “books by reporters”, as they are nominated here, offer a type of account that occupies itself of journalism, so that it can elaborate another account, unveiling, criticizing or interpreting certain processes and practices. The books that compose the corpus of this analysis offer a sample of events where its occurrence imposed a struggle with censorship or the restriction of access to information, being examined here in its potential contribution to knowledge about practices, as well as to the relation between journalism and democracy.

Keywords

Books by reporters. Journalism. Conflict. Democracy.

Artigo recebido em 19/06/2011

Aprovado em 27/10/2011

A parte de conferir existência ao que nomeia, o jornalismo medeia o acesso ao presente, condiciona a promoção de atores sociais a atores políticos (BORRAT, 1989), aproxima a sociedade civil do Estado e age em nome de um público interessado em observar o poder político e o exercício da democracia e, portanto, não pode ser dissociado das condições de produção e da mediação nos espaços complexos da vida cotidiana. O jornalismo contribui, ainda, para a definição simbólica dos acontecimentos por meio de seus relatos.

A compreensão do jornalismo a partir desta perspectiva possibilita que se pense “sobre o estatuto da sua relação com o mundo da vida social” (CORREIA, 2005, p. 16). Longe de somente registrá-lo, o jornalismo atribui um determinado relevo às ocorrências no mundo, a partir de práticas orientadas pelos contextos endógeno – a organização de trabalho; as regras anônimas que disciplinam historicamente o jornalismo; a comunidade jornalística – e exógeno – um conjunto variável de outras instituições e seus interesses; a audiência. Tanto os rituais estratégicos que conformam as práticas profissionais como os fatores externos à instituição jornalística atuam como procedimentos de controle e delimitação do discurso (TUÑON, 1986).

Sabe-se que elementos exógenos afetam diretamente o regime das práticas e os espaços onde essas se realizam. Localizamos no contexto exógeno zonas de instabilidade às margens do saber jornalístico, que impõem, em determinados momentos, outras prioridades sobre a especialização da organização, alterando suas lógicas e rotinas e alargando as zonas de interesse e abrangência estabelecidas pelas instituições jornalísticas ao organizarem o mundo e as coisas do mundo (TUCHMAN, 1983). Isso ocorre especialmente quando tais ocorrências geram impacto, com significância para o passado ou futuro (GANS, 1980).

No mundo em elaboração, os conflitosⁱ ocupam uma posição central na luta pela posse do presente. O jornalismo constitui-se não apenas como lugar de acolhimento destes conflitos, mas como o espaço onde os mesmos têm ocorrência discursiva. Sabe-se que as demandas que acompanham o jornalista na cobertura de um conflito bélico são distintas de outras condições de produção e que, portanto, este precisa ser sensível ao

conjunto de elementos que envolvem o acontecimento, bem como ser capaz de adaptar as práticas de apuração e de recolha ao ambiente dos confrontos. Os jornalistas devem, também, ajustar o relato conforme as especificidades do meio de comunicação a que se destina. Assim, por estes movimentos de adaptação – ao exógeno e ao endógeno – muitos elementos não figuram no acontecimento construído para o jornalismo periódico, terminando por vir à tona em sistematizações posteriores, apresentadas em outros suportes, como os livros e blogs. Tem-se, assim, uma variação nos modos e formas de narrar.

Em alguma medida este movimento possibilita retomar determinados acontecimentos e acrescentar-lhes elementos dispensados em nome da objetividade jornalística, como a descrição das circunstâncias do acontecimento e de sua cobertura, os procedimentos de apuração, o acesso as fontes, as tecnologias empregadas, os relatos de pessoas comuns que viveram o dia a dia do conflito. Por estes relatos, além de ofertar mapas da realidade (MORENO SARDÁ, 1998), pode-se incluir os percursos (CERTEAU, 1994), “que organizam movimentos, que nos apontam os processos, podemos assim dizer, que nos fazem experimentar os durante” (RESENDE, 2008, p. 142). Estes “durantes”, em maior ou menor medida, dão a ver como o jornalista se inscreve no social e de como este interfere no seu relato.

Como parte de uma pesquisaⁱⁱ em desenvolvimento, participamos da organização de um *corpus* de observação e análise formado por um conjunto de “livros de repórter” publicados por jornalistas brasileiros no período 1960-2010. Deste conjunto, neste artigo foram examinados livros que tratam da cobertura de conflitos na Europa, Ásia e América, em diferentes períodos. Por constituírem uma hermenêutica do jornalismo, estes livros permitem entrelaçar duas questões: como os jornalistas entendem a democracia no processo de seu trabalho de cobertura? E passado o conflito, ao refletirem sobre ele, que sentidos atribuem e como se posicionam em relação ao ocorrido? No presente artigo as noções básicas para explorar esses relatos conjugam a prática jornalística às singularidades na apuração e na apresentação dos acontecimentos.

Os “livros de repórter”

Os jornalistas, de um modo geral, são possuidores de um entendimento das práticas e de como estas modelam as ações que repetem cotidianamente e que delimitam o fazer jornalístico. Se o jornalista se forja enquanto tal por este exercício, as lógicas destes procedimentos regulares se insinuam em outros espaços, mesmo que estes sejam regidos por regimes outros. Quando ocorre o deslocamento do jornalismo periódico para o livro, o que é dito adquire outra espessura sem, contudo, deixar de ser jornalístico porque se fundamenta no exercício profissional, uma vez que os jornalistas “aprendieron a escribir en la redacción de un periódico. Esto no solo les dio oficio, sino que por el trabajo mismo recorrieron mundo[...]. Estuvieron cerca de los poderosos y convivieron con los marginados de la sociedad. Se fueron alimentando de vivencias” (IÑIGO, 1988, p. 63).

A conjunção entre a reflexão sobre a prática, desde os processos de apuração até a apresentação dos acontecimentos, e a ambiência onde tais acontecimentos tiveram ocorrência, se dá sem o abandono de um modo de objetivação jornalística, epistemologicamente reconhecido como operador do jornalismo. Por outro lado, neste deslocamento entre o que circula nos jornais e os estudos de jornalismo, o repórter pode ser sujeito – ao contrário do texto jornalístico que propõe o apagamento daquele que fala – e, longe dos controles da redação, expressar sua subjetividade, suas impressões e suas opiniões diante do ocorrido.

É importante considerar que práticas jornalísticas nas redações e fora delas já foram objeto de reflexões literárias, cinematográficasⁱⁱⁱ e acadêmicas, sugerindo o interesse e o atravessamento de outras áreas por tal objeto. Apoiados na experiência como repórteres, Honoré de Balzac^{iv}, no século XIX; Karl Kraus^v, na passagem do século XX, e Robert Darnton^{vi}, pelos anos 1960, refletem sobre a profissão e o ambiente de seu exercício. Para o primeiro, trabalhar em um jornal era “uma posição de expectativa pelas verdadeiras carreiras da literatura e da política” (NEVEU, 2006, p. 26). Fundamentado em Kant, Kraus pretendia que o seu jornalismo, praticado na revista

Fackel, “se mantivesse apenas ‘meio’, que não praticasse a interpretação e que deixasse o público julgar por si mesmo” (MARCONDES FILHO, 2009, p. 35). Darnton aprendeu com a prática que “toda a notícia que couber” em termos culturais, das convenções narrativas às tradições jornalísticas, “a gente [o *The Times*] publica”. No Brasil, os jornalistas e os ambientes da imprensa aparecem em narrativas ficcionais como *Recordações do escrivão Isaiás Caminha*, de Lima Barreto. Outra proposta é, segundo Chillón (1993), a dos repórteres-escritores, como Ernest Hemingway e Ryszard Kapuscinski, que recriaram em seus livros informações publicadas anteriormente em crônicas e reportagens, numa simbiose entre técnicas documentais e de investigação e o exercício de observação, próprios ao jornalismo.

O estudo de livros de jornalistas define-se, comumente, por um movimento marcado pela noção de livro-reportagem (LIMA, 1993), que em direção a um jornalismo literário (SIMS, 1984; VILAS BOAS, 2007), ou de ficção, privilegia a literariedade^{vii}, assentando-se em análises situadas na interface jornalismo-literatura. É nessa esteira que são inscritos um conjunto significativo de produções, enquadradas de maneira não consensual como jornalismo literário, de realidade ou narrativo, livro-reportagem, narrativas de transformação, novo jornalismo, jornalismo gonzo, entre outras. Esse segmento de narrativas – a reportagem de escrita mais autoral e elaborada (LIMA, 1993); o jornalismo literário que demanda imersão na complexidade e faz com que os jornalistas, por suas próprias regras, deem a ver não só as vozes da superfície (SIMS, 1984); a reportagem narrativa em profundidade (VILAS BOAS, 2007) – abarca uma maior maleabilidade no tratamento estilístico, mesmo quando mantém uma estrutura ancorada na realidade. Compreender estes livros como uma possibilidade editorial ou como um expediente utilizado por alguns jornalistas é redutivo, assim como categorizá-los simplesmente como literários. Tais perspectivas eliminam a possibilidade de aprofundar a compreensão do jornalismo a partir destas obras.

Ao estudar os livros produzidos por jornalistas, que contribuem para uma análise do jornalismo ao formularem uma experiência à sombra das práticas jornalísticas, que se localiza além dos relatos dos jornais e às margens das teorias jornalísticas e manuais

de redação, Marocco (2010b, p. 1) os nomeia de “livros de repórter”. A proposição tem por ancoragem não o deslocamento jornalismo-literatura, mencionado anteriormente, mas jornalismo-jornalismo:

Trata-se de um tipo de texto que se ocupa do jornalismo, para dele elaborar outro texto que oferece o desvendamento de certos processos jornalísticos, ou a crítica dos mesmos, em operações de produção de sentidos, em que o jornalista, naturalmente, fará um exercício de interpretação criativa do que é considerado jornalismo (MAROCCO, 2010a, p. 5).

Compreendido desta forma, este deslocamento objetiva os “livros de repórter” como “comentários” sobre os textos primeiros. Nos textos jurídicos e religiosos, o comentário é uma via de interpretação que, ao operar sobre os textos originais, fornece repetição e desvendamento de significados. Apoiada em Foucault (2006), que em *A ordem do discurso* ampliou a ocorrência do “comentário” a múltiplas e variadas formas, inclusive à literatura, Marocco (2010a, p. 3) reflete “sobre a possibilidade de sua ocorrência no âmbito do saber jornalístico, em livros que elaboram uma exegese do saber jornalístico”. A densidade destes relatos está justamente na combinação de regras e técnicas jornalísticas com a incorporação de elementos que estão fora dessa formulação, o que permite, em termos, romper com um discurso limitado, “restrito às formas/fórmulas que regem o discurso jornalístico” (RESENDE, 2006, p. 170).

Por essa perspectiva, sob a denominação “livros de repórter” encontram-se relatos que se ocupam de uma hermenêutica do jornalismo, seja pela crítica ou pela interpretação, para além de ofertar simplesmente uma grande reportagem, como propõe Lima (1993). Em tais livros, os repórteres narram a construção da reportagem e, ao fazer isso, desvelam as práticas – quer de apuração, de observação ou de coleta de dados – e tecem comentários ao elaborarem formulações para além do que está cristalizado no âmbito do saber jornalístico. Deste modo, tomados como objetos de estudo, os “livros de repórter” suscitam questões que permitem problematizar o regime das práticas e complexificar a compreensão do próprio jornalismo.

Este deslocamento do jornalismo ao jornalismo possibilita ao repórter conceber um modo de relacionar-se com o ocorrido em que “recupera” o acontecimento e

“recupera-se” enquanto sujeito do mesmo. Assim, acompanhar este percurso nos permite depreender os saberes jornalísticos ali contidos e, em movimento inverso, desvelar práticas jornalísticas constituintes, a seu modo, dos pontos de vista do repórter.

Neste texto, trabalhamos com os “livros de repórter” que elaboram algum nível de reflexão acerca da cobertura de guerras, golpes e revoluções^{viii} e, por conseguinte, das práticas jornalísticas em meio à ausência ou ao cerceamento da liberdade de expressão que caracterizaram tais momentos, já que essas condições de produção alteram em alguma medida o regime das práticas. Para que tais ocorrências se tornem significativas, o jornalista vale-se de mapas culturais e sociais, sem os quais não poderia “dar sentido” aos acontecimentos. Entre os quadros de referência, auxiliares no “ordenamento” do mundo – ocidental e democrático –, está a relação entre jornalismo e democracia. A reflexão presente nos “livros de repórter” sobre conflitos é tangenciada por esta relação, partilhada consensualmente pelas sociedades de regime democrático. Logo, a compreensão do mundo como um todo se estabelece sem dissociar jornalismo e democracia^{ix}.

No artigo são examinados os livros: *Morrer por Israel* (GOMES, 1967), *Vietnã: o gosto da guerra* (RIBEIRO, 1969), *A sangue quente* (ALMEIDA FILHO, 1978), *Nicarágua: a revolução das crianças* (BARCELLOS, 1982), *Leste europeu: a revolução ao vivo* (BIAL; CASTELO BRANCO, 1990), *Mister you bagdad: dois repórteres na guerra do golfo* (WAAK, 1991), *Viagem ao mundo dos taleban* (SANT’ANNA, 2002) e *O inverno da guerra* (SILVEIRA, 2005).

Os relatos e a reflexão sobre jornalismo e democracia

No sentido mais convencional, a democracia é considerada como um sistema político em que os cidadãos têm acesso ao poder. A democracia implica igualdade, justiça social e mecanismos políticos para que as pessoas possam participar de decisões que afetam suas vidas. “La democracia reconoce la libertad individual y el pluralismo como realidades preexistentes a la articulación política de la sociedad, y las constituye

en sus cimientos principales” (GÓMEZ ANTÓN, 1999, p. 25). Para Žižek (2010, p. 131), “la existencia de sindicatos, el sufragio universal, la enseñanza pública y gratuita, la libertad de prensa” são características que comumente identificamos com uma sociedade democrática.

Os meios jornalísticos, neste sentido, se constituem em espaços públicos fundamentais dentro dos regimes democráticos por fomentarem a socialização e a cidadania, por um lado, e mediarem o público e o privado, a sociedade civil e o Estado, por outro. Ou seja, se institucionalizam ao mesmo tempo como vigias dos poderes instituídos e como defensores de alguns dos setores da sociedade. Segundo a “teoria da democracia”, o papel dos jornalistas é informar a cidadania (GANS, 1998). Da mesma forma, para Neveu (2006, p. 37), “muitos jornalistas vivem seu trabalho como uma missão de serviço à população”, como se o jornalismo fosse uma peça da democracia.

O jornalismo se constitui, muitas vezes, como a única maneira de sua audiência acessar conflitos ou situações de crise. Ao descrever a gradativa abertura política do Leste Europeu, Bial e Castelo Branco (1990) se referem à participação popular, que “derrubou governos com palavras e passeatas”. Durante essa transição, ao questionarem cidadãos e intelectuais em relação a como as mudanças em curso afetavam suas vidas, as respostas indicaram a liberdade de escolha: “as pessoas começam a poder ler o que querem, ir a igreja que desejam, falar o que pensam e votar em quem quiser” (BIAL; CASTELO BRANCO, 1990, p. 27).

Nas sociedades democráticas, portanto, o acesso à informação emana do próprio sistema (SOUSA, 2009). O jornalismo é “el espacio público donde la vida política y social – sus temas, conflictos, procesos – son objeto de prácticas de esclarecimiento y racionalización a la vista de todos” (VIDAL BENEYTO, 1986, p. 23). Por outro lado, “si se dificulta la labor de los medios de comunicación social, se desmorona uno de los pilares básicos de la democracia” (GÓMEZ ANTÓN, 1999, p. 26). Assim, na ausência de democracia ou no cerceamento de liberdades fundamentais, diante de crises ou conflitos, o jornalismo é um meio de torná-los públicos (RABOY e DAGENAIS, 1992). Para Porto (1998, p.22), “uma das formas de restrição das informações, a censura (seja

por parte do Estado ou como autocensura nos meios de comunicação), é um dos maiores obstáculos à realização de um regime democrático”. Resende (2006) vincula a censura à condição de proferir verdades, um dos referentes do jornalismo.

Com efeito, ao limitar o acesso à informação pretende-se eliminar ou distorcer aspectos da realidade e cercear a pluralidade de opiniões. Os controles exógenos sobre a produção jornalística interferem na administração e na condução da cobertura de conflitos e esta acaba condicionada por filtros em diferentes momentos de produção, como nos revelam o conjunto de “livros de repórter” aqui debatidos.

Como por um longo período o trabalho de correspondentes e enviados especiais esteve condicionado à tecnologias de transmissão – impensáveis nas coberturas on-line ou nas modernas transmissões ao vivo de som e imagem pelas redes de televisão –, os centros de imprensa eram indispensáveis. Ao mesmo tempo em que possibilitavam o acesso a ferramentas de transmissão, todavia, tornavam os jornalistas reféns da censura, embora esta fosse negada em alguns momentos. Gomes (1967, p. 73), correspondente do jornal *Correio do Povo* na Guerra dos Seis Dias, relembra em *Morrer por Israel* que a censura era negada pelo centro de imprensa no Cairo, Egito, enquanto em Tel Aviv, Israel, “uma das primeiras instruções [...] foi de que telegramas e *broadcastings* deveriam ser clara e abertamente submetidos a exame”. A censura nos centros de imprensa figura na narrativa de Ribeiro (1969), que em *Vietnã* relata a experiência como enviado especial da revista *Realidade*, dividindo a narrativa entre os dias de cobertura ao lado do exército estadunidense e as observações realizadas nos hospitais^x do exército no Vietnã.

Silveira (2005) deparou-se, como correspondente dos *Diários Associados*, com dois momentos de controle de informação durante a cobertura das operações da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, revelando-os 60 anos mais tarde em *O inverno da guerra*. O primeiro, na Europa, sob responsabilidade do exército:

Uma das coisas mais ou menos incômoda que acontece com os correspondentes, aqui na frente, é que não nos deixam revelar conversas tidas com nazis presos. De vez em quando, com o pretexto de tentar pegar a censura desprevenida, envio aí para o Brasil entrevistas com prisioneiros alemães. Mas o tenente Roberto Boavista, o nosso censor adido ao 5º Exército, é aritmético na devolução das mesmas, que voltam a mim sempre acompanhadas de bilhetinhos alegres onde se explica que ‘não pode ser’ (SILVEIRA, 2005, p. 104).

O segundo controle ocorria no Brasil e era realizado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do governo Vargas (1937-1945), que atuava nas redações de inúmeros periódicos.

Até bem pouco tempo, para um correspondente brasileiro, um hospital era um mundo proibido. Não que a nós faltassem informações precisas sobre feridos, acidentados e doentes. É que tudo isso, quando saía nas reportagens e crônicas, esbarrava no Brasil com estúpida orientação do finado DIP, para quem o soldado brasileiro deveria ser sempre excepcional, à prova dos desastres da guerra (SILVEIRA, 2005, p. 135).

Quatro décadas mais tarde, sem a dependência direta de tecnologias para envio – já que o jornalista poderia portar os meios que necessitava para gerar e enviar em tempo real texto, som e imagem –, os postos organizados para atender jornalistas se constituíram em um novo desafio. Waak (1991), que atuou como correspondente na Guerra do Golfo, explica em *Mister you bagdad* que estes postos organizam *briefers*, um sistema restritivo, que proíbe os jornalistas de se dirigir ao *front* ou a unidades militares sem autorização por escrito ou sem a presença de um guia. Para Waak (1991, p. 99), “ao limitar a poucos jornalistas o acesso aos *pools* de cobertura, os censores obrigaram os excluídos [...] a tentar obter informações por meios próprios”, tornando-os instrumentos de guerra, controlados pelos militares, sem acesso às zonas de conflito e a outra informação que não a oficial. Em *Mister you bagdad*, Waak (1991) apresenta os *briefings* como uma forma de encarcerar as pautas. Na avaliação de Rodríguez Andrés e Sábada Garraza (1999, p. 12),

En estos casos, los medios se convierten, muchas veces sin saberlo, en meros instrumentos de guerra puestos al servicio del poder, para controlar la opinión pública. En situaciones de este tipo, resulta muy difícil pedir a los medios que contribuyan a solucionar el conflicto. Y se esto ocurre en los países democráticos, la situación se agrava aún más en aquellos donde el poder controla de forma absoluta la información.

Pelos “livros de repórter” é possível identificar que além dos controles exógenos, manifestos em centros de imprensa ou *pools*, os meios se infligem a autocensura. As ditaduras na América Latina fornecem exemplos deste tipo. Almeida Filho (1978), que trata da morte do jornalista Vladimir Herzog, afirma que o jornal brasileiro *EX*, onde atuava, optou por deixar de circular a se ver forçado a ser censurado previamente pelos militares brasileiros. Em *A sangue quente* o jornalista nos revela que tampouco o jornal concordava com a autocensura de seus profissionais.

Nós, a EX-Editora Ltda., empresa de jornalistas independentes, declaramos ilegal a ‘censura prévia’. E, através deste documento, manifestamos nossa firme disposição de não aceitar as medidas ilegais e arbitrarias baixadas pelo Ministro da Justiça do Brasil, Sr. Armando Falcão, que ordenou a apreensão do nosso jornal ‘Extra, o melhor do EX’ e instalou a ‘censura prévia’ em nosso jornal mensal EX, a partir de seu número 17 (ALMEIDA FILHO, 1978, p. 66-67).

Em *Leste europeu*, Bial e Castelo Branco (1990) refletem sobre o acesso da imprensa à informação. Na Polônia, por exemplo, observam que “é difícil acreditar que agora se deve falar o que antes era preciso esconder” (p. 58), enquanto em Praga, pela primeira vez, “crianças e adultos descreveram para as câmeras o que tinham presenciado” (p. 87).

A censura também é imposta sobre o registro jornalístico ainda no processo de apuração. No Paquistão e no Afeganistão, Sant’Anna (2002) deparou-se com essa situação em vários momentos da cobertura realizada para *O Estado de S. Paulo* às vésperas da invasão do Afeganistão pelos EUA, após o 11 de setembro: “quando voltávamos para Islamabad [Paquistão], paramos de novo e pedi para Iqbal [motorista e intérprete] ver se convencia os dois policiais de plantão a me deixar tirar umas fotos” (p.

144); “quando começamos a fotografar, ouvi alguns gritos que pareciam de indignação. Entramos no carro e fomos embora, sob o olhar aparentemente hostil dos jovens na calçada” (p. 144-145); em Spin Boldak, no Afeganistão, ao perguntar aos maulanas, líderes talebans que havia entrevistado, se podia tirar fotos, a resposta foi negativa e seguida da explicação: “Os taleban proibem fazer fotografias e filmagens, porque usar imagens é contra a lei islâmica, respondeu Akhond” (p. 229). O líder taleban mostrou um exemplo do jornal local, um tabloide, que não possuía nenhuma foto, conforme nos relata em *Viagem ao mundo dos taleban*.

A autocensura também pode ser localizada entre os cidadãos comuns, geralmente vítimas anônimas dos conflitos. Sant’Anna (2002) comenta que em Israel algumas pessoas concederam entrevistas com seus nomes e sobrenomes, mas a maioria esquivou-se de dar qualquer tipo de informação ou identificação por temer pela própria segurança.

Os riscos existentes em um conflito bélico geram insegurança tanto para os cidadãos, como para os repórteres. As notícias, porém, raramente relacionam os conflitos com a insegurança enfrentada pelos primeiros, que vivem o dia a dia dos conflitos, como pelos jornalistas, na realização do seu trabalho. Nos livros analisados aparecem alguns temas relacionados com a segurança laboral, como intimidações, ameaças, advertências, sequestros, assassinatos, acidentes e atentados. Barcellos (1982) descreve que quando chegou à Nicarágua, no início da Revolução Sandinista, havia 120 jornalistas cobrindo o conflito, reduzidos após o assassinato do repórter Bill Stewart, da televisão *ABC*, por um soldado de Somoza, o ditador nicaraguense, a apenas 16.

Em *Nicarágua*, o jornalista narra os momentos de tensão enfrentados diante dos militares de Somoza ou do exército revolucionário:

De repente, ouvi um grito, vindo de dentro de um caminhão tombado, incendiado.

– *Kill him!*

Aquele grito de morte perturbou-me. Não soube como reagir. Estávamos sob a mira de não sei quantas espingardas apontadas no encosto das janelas [...]. Alguém insistia com *kill him*, ‘mate-o’ em inglês (BARCELLOS, 1982, p. 77-78).

Waak (1991) e o fotógrafo Hélio Campos Mello (in WAAK, 1991), de *O Estado de S. Paulo*, por não integrarem os *pools* na Guerra do Iraque, acabaram capturados por milícias iraquianas junto de outros dois jornalistas estrangeiros – ao final foram 32 os jornalistas sequestrados. A narrativa de *Mister you bagdad* revela as ameaças enfrentadas durante o cativeiro e nos inúmeros traslados, em meio à incerteza das próprias milícias e ao fogo cruzado. Os jornalistas tiveram alguns equipamentos furtados e outros danificados durante o sequestro.

Considerações finais

Se uma situação de conflito é, axiomáticamente, um momento de grande importância para a sociedade em causa, do mesmo modo é para o jornalismo. Se, de um lado, ele se constitui em espaço fundamental dentro dos regimes democráticos para que o público possa acompanhar os acontecimentos em curso, de outro, o acesso às informações é vital para seu pleno exercício. Guerras, revoltas, golpes e governos autoritários envolvem questões e processos complexos, nem sempre possíveis de serem acessados pelo jornalismo – e, conseqüentemente, por sua audiência – devido a um controle, em maior ou menor grau, da informação.

Os “livros de repórter”, neste sentido, oferecem uma amostragem de acontecimentos cuja ocorrência, independente do tempo e lugar, impôs ao jornalismo o embate com a censura ou a restrição no acesso à informação. Pela categoria de acontecimentos que descrevem, estes relatos oferecem, ainda, parâmetros ou perspectivas para pensar sobre o mundo em elaboração. Quando estes relatos não cumprem apenas a função de mapear o mundo, tão somente se ocupando em chegar à objetividade do fato, mas oferecendo-nos percursos, acabam nos sendo contadas histórias sobre o presente que nos cerca numa via mais complexa que a da atualidade da notícia cotidiana.

Os “livros de repórter”, de certo modo, trazem uma narrativa onde inscrevem lugares e sujeitos por detrás dos fatos e inserem uma descrição das práticas combinada a

elementos externos à formulação jornalística, ofertando processos, organizando movimentos, e não simplesmente quadros do acontecimento. Entres estes se destaca a reflexão do repórter sobre seu trabalho de cobertura e sobre o ocorrido, que apenas como exceção figura no jornalismo em seu mapeamento do mundo.

A análise dos “livros de repórter” nos mostra que mesmo sem uma elaboração teórico-conceitual por parte dos jornalistas, estes aproximam o exercício do jornalismo da democracia, realimentando a compreensão de um a partir do outro, ou seja, associando o exercício do jornalismo à realização de uma sociedade democrática (GANS, 1998; GÓMEZ ANTÓN, 1999; PORTO, 1998), sendo a via inversa também verdadeira. Percebe-se que, em alguma medida, esses livros atualizam os textos do próprio campo – nos quais os valores democráticos estão presentes –, porque se constituem como uma elaboração, uma exegese do saber jornalístico.

Os meandros dos processos de produção na cobertura de conflitos, apresentados nos “livros de repórter”, não se encontram dissociados das formas de censura enfrentadas pelos jornalistas. Antes, tangenciam os relatos. Ao nos voltarmos para estes textos, vislumbramos sua importância pelos elementos que os jornalistas tratam de reconhecer, de distinguir, de decifrar no meio de todos os outros e em meio às práticas e procedimentos inerentes à tarefa de objetivação do presente que caracteriza o jornalismo.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA FILHO, Hamilton. **A sangue quente**: a morte do jornalista Vladimir Herzog. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- BARCELLOS, Caco. **Nicarágua**: a revolução das crianças. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BIAL, Pedro; CASTELO BRANCO, Renné. **Leste Europeu**: a revolução ao vivo. Rio de Janeiro: Objetiva, 1990.
- BORRAT, Héctor. **El Periódico, actor político**. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001.

CHILLÓN, Lluís Albert. **Literatura i periodisme**: literatura periodística i periodisme literari en el temps de la post-ficció. Alacant: Secretariat de Publicacions de la Universitat d'Alacant; Castelló: Publicacions de la Universitat Jaume I; València: Universitat de Valencia, 1993.

CORREIA, João Carlos. **A teoria da comunicação de Alfred Schütz**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

DEL REY MORATÓ, Javier. **Crítica de la razón periodística**. Un análisis desde la teoría general de la información. Madrid: Complutense, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A apresentação do noticiário estrangeiro. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: Questões, teorias e 'estórias'. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999. p. 61-90.

GANS, Hebert J. **Deciding what's news**. Londres: Constable, 1980.

GANS, Hebert J. What can journalists actually do for American democracy? In: **The Harvard International Journal of Press/Politics**, v.3, n.4. 1998, p. 6-12.

GOMES, Flavio Alcaraz. **Morrer por Israel**. Porto Alegre: Globo, 1967.

GÓMEZ ANTÓN, Francisco. Introducción. In: RODRÍGUEZ ANDRÉS, Roberto, SÁBADA GARRAZA, Teresa (eds.). **Periodistas ante conflictos**: el papel de los medios de comunicación en situaciones de crisis. Pamplona: EUNSA, 1999. pp. 19-29.

GUERRA GÓMEZ, Amparo. **De emisarios a protagonistas**: boceto para una historia del periodismo corresponsal. Madrid, Editorial Fragua, 2005.

IÑIGO, Alejandro. **Periodismo literario**. 2. ed. México: Ediciones Gernika, 1988.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista**: A língua como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009.

MAROCCO, Beatriz. Os "livros de repórter", o "comentário" e as práticas jornalísticas. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 33, 2010, Caxias do Sul. **Anais**. Caxias do Sul: Intercom, UCS, 2010a.

MAROCCO, Beatriz. A contribuição dos "livros de repórteres" para uma análise dos discursos jornalísticos sobre marginalidade. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 8, São Luís. **Anais**. São Luís: SBPJor, UFMA, 2010b.

MORENO SARDÀ, Amparo. **La mirada informativa**. Barcelona: Bosh, 1998.

NEVEU, Érick. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PORTO, Mauro. Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático. In: **São Paulo em perspectiva**, 12 (4), 1998. pp. 17-25.

RABOY, Marc; DAGENAIS, Bernard (ed.). **Media, crisis and democracy**: mass communication and the disruption of social order. London: Sage, 1992.

RESENDE, Fernando. Espaços parciais, espaços de resistência: relatos e conflitos no cenário contemporâneo. In: MARGATO, Isabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.). **Espécies de espaço**: territorialidades, literatura, mídia. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. pp. 141-161.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. In: LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marialva. **Narrativas midiáticas contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006. pp. 160-180.

RIBEIRO, José Hamilton. **Vietnã**: o gosto da guerra. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

RODRÍGUEZ ANDRÉS, Roberto, SÁBADA GARRAZA, Teresa (eds.). **Periodistas ante conflictos**: el papel de los medios de comunicación en situaciones de crisis. Pamplona: EUNSA, 1999.

SANT'ANNA, Lourival. **Viagem ao mundo dos taleban**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

SILVEIRA, Joel. **O inverno da guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SIMS, Normam. **The literary journalists**. New York: Ballantine Books, 1984.

SOUSA, Jorge Pedro. O jornalismo na democracia representativa: Um ensaio. In: **Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação**, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-o-jornalismo-sousa.pdf>>.

TUCHMAN, Gaye. **La Producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

TUÑÓN, Amparo. Prensa de elite: huella del pasado, indicio de futuro. In: FONTCUBERTA, Mar de (org.). **El periodismo escrito**. Barcelona: Editorial Mitre, 1986. pp. 31-152.

VIDAL BENEYTO, José. El espacio publico de referencia dominante. In: IMBERT, Gérard; VIDAL BENEYTO, José (coord.). **El País o la referencia dominante**. Barcelona: Editorial Mitre, 1986. pp. 17-24.

VILAS BOAS, Sérgio (org.). **Jornalistas literários**: narrativas da vida real por novos autores brasileiros. São Paulo: Summus, 2007.

WAAK, William. **Mister you bagdad**: dois repórteres na guerra do golfo. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1991.

ŽIŽEK, Slavoj. De la democracia a la violencia divina. In: AGAMBEN, Giorgio et al. **Democracia en suspenso**. Madrid: Ediciones Casus-Belli, 2010. pp. 127-154.

ⁱ O termo conflito remete para práticas e abordagens teóricas distintas reunidas sob a mesma denominação. Desde acepções clássicas da sociologia, da antropologia ou psicologia, o conflito, nas suas múltiplas fórmulas, é parte do domínio social. No pensamento social clássico encontramos Simmel, Marx e Weber; enquanto na sociologia contemporânea se destacam Dahrendorf e Elias. Na antropologia há inúmeras perspectivas teóricas que trabalham com o conflito, desde clássicos que estudavam sociedades indígenas, ditas primitivas, sem Estado, de onde os conflitos estariam ausentes, como Clastres, até antropólogos contemporâneos, que mostram que as culturas são dinâmicas e que se recriam constantemente, o que não se faz sem conflitos. No jornalismo, os conflitos ou os eventos negativos aparecem como critérios de noticiabilidade (CHAPARRO, 2001; DEL REY MORATÓ, 1988; GALTUNG e RUGE, 1999), bem como no âmbito da produção discursiva.

ⁱⁱ Trata-se da pesquisa “O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas”, coordenada pela Prof^a. Dr^a Beatriz Marocco, PPGCC/UNISINOS, e financiada pelo CNPq.

ⁱⁱⁱ Ver: BERGER, Christa. (Org.). **O jornalismo no cinema**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

^{iv} BALZAC, Honoré de. Monografia da imprensa parisiense. In: **Os jornalistas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

^v KRAUS, Kart. **Contra los periodistas y otros contras**. 3. ed. Madrid: Taurus, 1998.

^{vi} DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

^{vii} Propriedade, presente nas obras literárias, que as caracterizaria como pertencentes à literatura.

^{viii} Para Vilas Boas (2007), os livros de coberturas de guerras estão entre as raízes do livro-reportagem. Guerra Gómez (2005), por sua vez, aproxima tais relatos de um jornalismo testemunhal, atribuindo suas bases a John Reed em *Mexico insurgente* e, em seguida, a *Dez dias que abalaram o mundo*.

^{ix} Importante considerar que o surgimento da Al Yazira, canal do mundo árabe, se constitui como alternativa ao monopólio informativo da CNN, logo do mundo ocidental e democrático, e a conseqüente compreensão dos acontecimentos pela associação jornalismo e democracia.

^x O trabalho como correspondente durou 15 dias. Atingido por uma mina terrestre, quando acompanhava uma ação do exército, o jornalista perdeu uma perna e sofreu outros traumas, por isso apresenta descrições dos hospitais no Vietnã.

Este artigo e todo o conteúdo da **Estudos em Jornalismo e Mídia** estão disponíveis em
<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/index>

Estudos em Jornalismo e Mídia está sob a [Licença Creative Commons](#)